

A IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL.

Joracy Mendes Lima dos Reis (1)

Os gastos públicos na área social fornecem uma idéia da prioridade governamental no desenvolvimento humano, podendo ser um indicador de como o governo federal atinge os segmentos dos mais carentes da sociedade.

Nos últimos anos, a política macroeconômica de ajuste estrutural aliada às obrigações da dívida externa estão ocasionando uma redução dos gastos sociais, que no período 89/90 teve um decréscimo real per capita de 3,51% (2). Esses gastos incluem os dispêndios realizados nas áreas de alimentação e nutrição, saúde, saneamento básico, proteção ao meio ambiente, educação e cultura, habitação, trabalho, assistência e previdência.

O IPEA calculou que, entre 1989 e 1991, houve uma queda de 50% para os gastos em educação, 45% em alimentação e nutrição e 32% em saúde.

Nos anos de 90 e 91, os recursos alocados nos programas de alimentação e nutrição, tanto nas suas metas de atendimento quanto nos volumes de recursos dispendidos, sofreram uma redução significativa. Em 1991, o governo federal gastou o equivalente a US\$ 364 milhões nestes programas, representando 70% a menos de que em 1990, o que correspondeu a apenas 42% dos recursos alocados no orçamento para esse fim(3).

Em 1992, a situação foi ainda mais grave, pois nos dois principais programas (de Alimentação Escolar e Suplementação Alimentar) voltados para as populações carentes, vulneráveis à fome e à desnutrição, houve esvaziamento drástico.

Dos recursos estimados de Cr\$ 1,7 trilhão do Orçamento Geral da União, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que atende as crianças de escolas públicas, obteve apenas Cr\$ 380 bilhões, resultando no fornecimento da merenda escolar para somente 45 dias letivos, tendo como consequência imediata as altas taxas de evasão escolar.

O Programa de Suplementação Alimentar (PSA), direcionado para gestantes, nutrízes e crianças de seis(6) a trinta e seis (36) meses, não houve, no presente ano, nenhuma distribuição de cesta básica.

Cabe ressaltar que, no início de 1990, o governo federal operava os quatro programas de alimentação e nutrição(4), porém, hoje, apenas um funciona precariamente (PNAE).

Como ficou comprovado pelos dados apresentados anteriormente, a situação recessiva vem restringindo o volume de investimentos públicos na área social, principalmente em alimentação e nutrição, o que tem deixado desprotegidos os grupos vulneráveis,

principalmente mães e crianças carentes, acarretando uma deterioração nas condições de vida, além de pobreza e desnutrição.

O problema da fome ainda é grave no Brasil, onde cerca de 5 milhões de crianças de até cinco anos (31% da população dessa faixa etária de 16,4 milhões de pessoas) sofrem de desnutrição, sendo que a maior parte delas (83%) pertencem a famílias com renda per capita de até 0,3 salário-mínimo(5).

A prevalência da desnutrição em crianças menores de cinco anos apresenta diferenças significativas entre as áreas urbana e rural. Nesta última, foi detectado que 41,6% delas têm desnutrição, enquanto que na urbana, 25,7%.

Em recente relatório sobre os países subdesenvolvidos, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), órgão da ONU, detectou que 73% da população rural brasileira vive em pobreza absoluta, isto é, que não dispõe dos meios básicos mais elementares do ser humano: sobreviver, crescer, resistir às doenças, trabalhar e conviver em sociedade.

A desnutrição começa com o baixo peso ao nascer (de 2,5 kg para menos), situação comum a 10% das crianças brasileiras(5), fator esse que impede seu crescimento e desenvolvimento normal.

O Brasil está entre os recordistas mundiais de mortalidade infantil - 64 óbitos por mil nascimentos(6). A distribuição interna de riqueza constitui-se fator decisivo para a manutenção desse alto índice de mortalidade infantil: 25% das crianças mais ricas ficam com 72% da renda nacional, enquanto 25% mais pobres têm acesso a apenas 3%(5).

A diarreia e as infecções respiratórias agudas são as principais causas da mortalidade infantil no

1) Técnica da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

2) IBGE-Crianças e Adolescentes-Indicadores Sociais, volume 4-1992.

3) Peliano, Ana M. e Beghin, Nathalie - Programas de Alimentação e Nutrição para as Crianças e Adolescentes. Qual o destino? - IPEA/CPS, out, 1992.

4) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Suplementação Alimentar (PSA), Programa de Apoio Nutricional (PAN) e Programa Nacional do Leite para as Crianças Carentes (PNLCC).

5) IBGE/INAN/IPEA - Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), 1989.

6) Ministério da Saúde - Estatística de Mortalidade na década de 80-1991.

090701880

113

Brasil, atingindo cerca de 30% das crianças menores de cinco anos⁽⁷⁾. A incidência de diarreias em crianças reflete as condições de vida das populações carentes como a falta de saneamento básico (água e esgoto), práticas higiênicas inadequadas, baixos níveis educacionais e acesso aos serviços de saúde.

As crianças atendidas pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) nos estados do Nordeste (Piauí, Ceará e Paraíba), pertencentes à faixa etária de seis a nove anos, estão sendo pesquisadas sobre a insuficiência alimentar por técnicos do UNICEF, Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e a Universidade Federal da Paraíba, cujos resultados preliminares indicam que entre 20% e 23% delas estão com desnutrição crônica, isto é, a ocorrência da fome há vários anos. As conseqüências dessa situação podem ser irreversíveis, comprometendo o crescimento e o aprendizado.

Outras informações do PNSN demonstraram que cerca de 20 milhões de jovens brasileiros, parcela da população entre 18 e 25 anos, cresceram menos que os norte-americanos da mesma faixa etária, significando que a desnutrição é a

responsável pela menor estatura. A mesma pesquisa também revelou que cerca de 67% da população brasileira tem algum tipo de desnutrição e não tem acesso a uma alimentação suficiente, devido ao baixo poder aquisitivo dos salários. Atualmente a crise econômica e a persistência das altas taxas de desemprego, evidentemente devem ter agravado o quadro apontado.

O crescimento acelerado das cidades brasileiras trouxe como conseqüência a degradação da qualidade de vida e o aumento dos riscos à saúde. Aproximadamente 65% das internações hospitalares são determinadas por falta de saneamento básico, que tanto acomete a população urbana como a rural, onde 75 milhões de pessoas (71% da população) reside em zona urbana sem esgoto sanitário, 13 milhões não têm água potável e 34 milhões não têm coleta de lixo. No meio rural, 17 milhões (44% da população rural) não têm água de boa qualidade⁽⁷⁾.

Além das doenças típicas dos países ricos, o Brasil convive também com os males dos países do Terceiro Mundo, como malária, mal de Chagas, esquistossomose, sarampo, difteria, tétano, dengue, etc.

Um indicador que reflete os níveis de pobreza da população brasileira é a distribuição de renda.

Observou-se que no ano de 1991 houve a mais acentuada redução dos últimos anos, o índice de Gini⁽⁸⁾ caiu quatro pontos percentuais, de 0,60 em 1990, para 0,56 em 1991⁽⁹⁾, refletindo uma reversão da tendência da concentração de renda, causada pelo empobrecimento generalizado da população, não havendo transferência de riqueza, mas de pobreza.

Na recente Conferência Internacional sobre Nutrição (CIN), realizada no período de 5 a 11 de dezembro de 1992, em Roma, patrocinada pela FAO e OMS, os 164 países participantes firmaram um compromisso de uma ação centrada na erradicação da fome e da desnutrição, englobando os aspectos multifacetados desses problemas, uma vez que envolve as áreas de Saúde, Agricultura, Economia e Educação, de organizações governamentais e não governamentais, iniciativa privada, bem como os resultados nutricionais como indicadores do processo de desenvolvimento econômico.

Assim, é imprescindível a prioridade dada pelo governo federal para investimentos na área social, notadamente nos programas de alimentação e nutrição, saúde, educação, habitação e previdência social, no sentido de reverter, a curto prazo, o quadro de miséria em que se encontra o Brasil atualmente.

7) FAO/OMS - Relatório sobre Situação Alimentar e Nutricional do Brasil-1992.

8) Índice que mensura a desigualdade na distribuição de renda e apresenta valores no intervalo de 0 (perfeita igualdade) a 1 (máxima desigualdade).

9) Urani, André, Barros, Ricardo Paes e Cardoso, Eliana - Inflação e Desemprego como Determinante da Desigualdade de Renda no Brasil nos anos 80-IPEA, 1992.